

Sistematização discute o texto sobre a Família

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, colocará em discussão hoje o trecho do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral que trata da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação. O Senador acolheu requerimento da Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), baseado no fato de que os dispositivos aproveitados pelo Relator sobre aqueles temas não haviam sido aprovados pela Comissão Temática.

Uma série de críticas e também a busca de esclarecimentos sobre o anteprojeto do Relator marcaram ontem à noite a sua primeira reunião com a Comissão de Sistematização. O primeiro alvo das críticas foi o capítulo do Judiciário: o Deputado Lyáneas Maciel (PDT-RJ) reclamou do não aproveitamento do dispositivo que cria o Tribunal Constitucional. Bernardo Cabral contrapôs à queixa o argumento de que já se avançou bastante na questão, democratizando a composição do Supremo Tribunal Federal, que terá atribuições de corte constitucional.

A possibilidade de os Constituintes apresentarem emendas modificando o mérito do anteprojeto foi levantada ontem pelo Deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), que baseando-se no artigo 19 do Regimento Interno da Constituinte, disse que sempre que o Relator tiver consolidado dois ou mais textos de comissões diferentes sobre o mesmo assunto, estará inovando e ficará sujeito a emendas.

Cabral, porém, não concordou com o argumento, afirmando que nada no Regimento o obriga a optar por um texto de determinada comissão. Segundo o Relator, só caberão emendas técnicas ao anteprojeto. O mesmo entendimento foi demonstrado pelo Presidente da Comissão, para quem "talvez somente depois de submetido ao plenário pela primeira vez", o projeto poderá ser emendado no mérito.

O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), criticou a impossibilidade de apresentação de emendas que alterem o mérito do anteprojeto de Constituição feito pelo Relator:

— O regimento já foi furado tantas vezes. Estamos num instante de criação e não podemos ficar presos a organismos regimentais.

Segundo Sant'Anna, a restrição é um obstáculo ao trabalho Constituinte e se tornará um grande complicador caso seja enviado ao plenário o material saído das Comissões Temáticas.

O Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) entende que o relatório de Bernardo Cabral pode receber emendas supressivas, desde que para eliminar artigos incompatíveis. Segundo ele, no caso de temas relacionados à Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, Ciência e Tecnologia, poderão ser apresentadas emendas por mérito.

Sarney diz que projeto de Cabral tornaria o Brasil ingovernável

BRASÍLIA — Aprovado como está, o anteprojeto elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, "abriria uma grave crise e tornaria o País ingovernável". Esta é a opinião do Presidente José Sarney, após uma primeira leitura do texto resultante da compatibilização dos trabalhos das oito comissões temáticas.

O Presidente transmitiu ontem sua preocupação a vários integrantes do Governo. Ele recebeu o anteprojeto na última sexta-feira e, no fim da semana, fez um estudo minucioso dos seus artigos. Mostrando certa apreensão, disse que se o anteprojeto for adotado na forma como está não resistiria a 90 dias sem provocar uma grave crise.

Embora não tenha revelado que estratégia o Governo pretende adotar para tentar modificar o trabalho da Comissão de Sistematização, Sar-

ney afirmou a assessores que, no seu entender, é preciso reformular a proposta. Para isso, espera contar com o apoio de lideranças da Aliança Democrática e de "constituintes comprometidos com a condução do processo democrático".

Pelas primeiras análises do Presidente, o anteprojeto define os direitos dos cidadãos mas não estabelece um contrapeso suficiente na parte dos deveres, anulando, praticamente, a presença do Estado. Além de considerar que falta unidade ao anteprojeto, Sarney achou confusa a proposta referente ao sistema de governo. Para ele, a Comissão de Sistematização não propôs um sistema presidencialista e, muito menos, um sistema parlamentarista. A seu ver, o Governo ficará dividido entre um Presidente, um Primeiro-Ministro e um Conselho de Ministros, além da Câmara e do Senado.

Um dos assessores que ouviram a análise do Presidente deu conta de

que ele acha que só há uma saída: começar tudo de novo, ou seja, fazer uma revisão do anteprojeto, entregando esse trabalho a pessoas que realmente saibam conduzir o processo político.

Na avaliação dos assessores, o Deputado Bernardo Cabral não soube negociar as pressões dentro do PMDB e nem conseguiu depurar suficientemente as questões políticas. O anteprojeto, segundo os mesmos assessores, é o resultado de um trabalho feito pelas facções políticas sem observar a realidade brasileira.

Interrogado sobre o assunto, o Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Frota Neto, disse que o Presidente espera que o resultado final da Constituinte reflita as tendências da sociedade e apresente uma definição muito clara das relações entre os Poderes, fortalecendo o Congresso sem enfraquecer Executivo.

Relator alega que procurou apenas o consenso no texto

BRASÍLIA — Em resposta às críticas ao anteprojeto de Constituição apresentado este fim-de-semana, o relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, afirmou ontem que apenas tratou de compatibilizar os dispositivos aprovados nas Comissões temáticas e, portanto, não cabe a ele responsabilidade pelo mérito dos artigos.

— Se eu tivesse inovado no texto, teria levado bordoadas, porque me acusariam de tentar ser o dono do anteprojeto. Como eu não inovei, criticam o trabalho da mesma forma. Sinto muito, mas não tenho nada com isso — desabafou Cabral.

Na segunda reunião da Comissão de Sistematização, realizada ontem à noite, o relator desculpou-se por não ter comparecido à primeira — ele viajou para uma conferência em Recife —, mas alertou ao Presidente da Sistematização, Senador Afonso Arinos, no sentido de que a Comis-

são resolva a omissão do Regimento Interno e preveja a indicação de um relator substituto para o caso de sua falta.

— E bom que se tome uma decisão a respeito para não se repetir o episódio de uma reunião não se realizar por causa de minha ausência. Os comitês estão cheios de pessoas insubstituíveis. Eu estou com um filho doente e não pude acompanhá-lo ao Rio de Janeiro para estar hoje em Brasília.

Bernardo Cabral, a seguir, explicou ao plenário da Comissão que seu trabalho como relator limitou-se a respeitar todos os dispositivos aprovados nas Comissões, e que mesmo na de Família, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Comunicação, onde não se conseguiu votar o substitutivo, ele procurou fazer um texto de consenso, depois de se reunir com os dois relatores responsáveis pelo texto original.

Sant'Anna critica as 'concessões e benesses' a algumas categorias

BRASÍLIA — "O projeto está ruim". A afirmação foi feita pelo Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, referindo-se ao anteprojeto de Constituição montado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral. Ele fez ontem uma análise da proposição juntamente com o Presidente José Sarney.

Sant'Anna criticou a inclusão do que chamou de "concessões e benesses a algumas categorias" e também a criação do Fundo Nacional de Seguridade Social. Advertiu que poderá haver uma pulverização do Poder Executivo caso não ocorram modificações no capítulo referente à matéria.

Segundo o líder do Governo, o País não está estruturado numa economia de vanguarda nem se encontra em situação de superávit. Portanto, frisa, "concessões e benesses dadas a várias categorias profissionais, no anteprojeto de Bernardo Cabral, poderão provocar uma situação de impossibilidade de recursos do Estado para atendê-las e também fazer com que a capacidade produtiva da área privada não seja suficiente para pagá-las".

Carlos Sant'Anna disse que a criação do Fundo Nacional de Seguridade Social gera uma situação complicada. Isso, afirmou, vai dificultar enormemente o funcionamento das áreas de saúde, previdência e assistência social. Segundo ele, a exclusividade para a Seguridade Social, na folha de salários, não incluindo descontos de salário educação e treinamento para mão de obra, fará cessar os investimentos na área de educa-



Carlos Sant'Anna consulta Ulysses Guimarães sobre o projeto de Cabral

ção em nível da União, Estados e Municípios, além de inviabilizar o Sesi, Sesc e Senai.

A inclusão de regras parlamentaristas no regime presidencialista conta com o apoio do Líder do Governo. Ele ressaltou, entretanto, que não é possível fazer tal inclusão a ponto de fragmentar o Poder Executivo, através de um processo de pulverização. "Se isso ocorrer, o País fica ingovernável", enfatizou.

Para evitar que ocorra essa hipótese, Sant'Anna disse que é preciso dar a competência de Chefe-de-Governo ao Presidente da República, o que não ocorre no anteprojeto de Bernardo Cabral.

— E preciso reforçar, no Poder Executivo, a competência do Presidente da República — disse, acrescentando que será difícil explicar ao povo, que elegerá nas próximas eleições um Presidente com cerca de 30 milhões de votos, que não será esse Presidente quem chefiará o Governo.

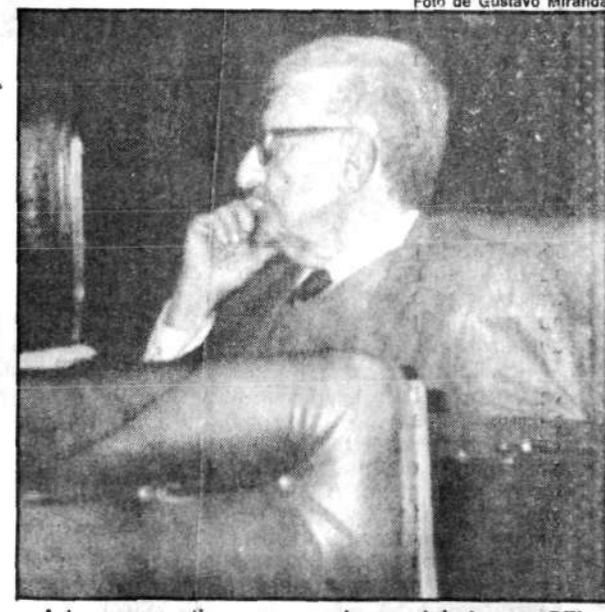
Após a primeira reunião da Comissão de Sistematização, no último domingo, Carlos Sant'Anna defendeu negociações em torno da reforma agrária, da anistia, das 40 horas semanais e da estabilidade no emprego. Segundo ele, é preciso chegar a uma fórmula que atenda às necessidades da sociedade e da Nação.

Arinos afirma que o texto revela pontos conflitantes

BRASÍLIA — O projeto de Constituição redigido pelo Relator Bernardo Cabral pode comprometer a própria Constituinte, pois "não tem ordenação, é muito longo e, por vezes, conflitante". Essa avaliação foi feita pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), em reunião partidária realizada ontem à tarde, segundo revelou o Líder em exercício do Partido na Câmara, Inocêncio Oliveira, Arinos, contou Inocêncio, acha que, em alguns trechos, o projeto carece de conteúdo jurídico.

Na tentativa de uniformizar a atuação do PFL, o Líder em exercício reuniu-se ontem com cerca de 20 Deputados que representam o Partido na Comissão de Sistematização. Eles concluíram que o PFL deve procurar negociar, especialmente com o PMDB e com o Relator Bernardo Cabral, os pontos mais polêmicos do anteprojeto, como reforma agrária, estabilidade no emprego e sistema de governo, e apresentar, ainda na fase atual, uma série de emendas.

Cauteloso ao definir as posições do PFL, Inocêncio Oliveira explicou que hoje um grupo composto por juristas



Arinos, pensativo, acompanha os debates no PFL

ligados ao Partido, como Josafá Marinho e Manoel Gonçalves Ferreira, se debruçaram sobre o projeto, procurando adequá-lo à doutrina do liberalismo.

O Líder em exercício do PFL disse que uma das principais preocupações do Partido é enxugar a proposição, que tem cerca de 501 artigos. Ele demonstrou simpatia pela proposta do Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) no sentido de reduzir a 150 os artigos que tratam de fato de matéria constitucional e que seriam aprovados por dois terços da Constituinte, ficando os demais, relativos a disposições complementares, sujeitos somente à deliberação por maioria absoluta.